

MÓDULO 2

AULA 03 - PASSO 3: FORTALECER A CAPACIDADE FINANCEIRA PARA A RESILIÊNCIA



Definição do passo

O passo 3, denominado *fortalecer a capacidade financeira para a resiliência*, propõe que o impacto econômico dos desastres seja compreendido e os mecanismos financeiros sejam desenvolvidos para subsidiar as atividades de resiliência (UNISDR, 2017).

A CCCR, instituída pela UNISDR (2017), sugere como cada passo pode ser implantado na cidade, quais os atores envolvidos e os dados necessários para a efetivação das ações propostas. Essas informações serão detalhadas logo abaixo.

Como colocar esse passo em prática?

- Compreender quais os setores econômicos e atores envolvidos com os recursos financeiros;
- Elaborar um plano financeiro adequado;
- Elaborar mecanismos para aceitação e alocação de recursos financeiros;
- Preparar estratégias para que os fundos de recuperação e resposta possam ser acessados;
- Elaborar um processo de gestão dos fundos para ações em prol da construção da resiliência;
- Compreender e avaliar os custos de desastres;
- Compreender o impacto relativo do investimento em prevenção;
- Atribuir um orçamento de capital para a RRD;
- Criar incentivos para famílias de baixa renda, comunidades, empresas e setor público;
- Explorar mecanismos de financiamento inovadores, como por exemplo, seguros especializados.

Atores relevantes

- Departamentos de autoridades locais e municipais relacionados com as finanças, planejamento, gerenciamento de desastres, ameaças e riscos;
- Atores com experiência em mecanismos e riscos financeiros. Exemplos: instituições acadêmicas e de investigação, doadoras e setor privado.

Dados necessários

- Orçamento e plano de capital;
- Mecanismos de financiamento;
- Planos e incentivos internacionais e nacionais para a resiliência perante os desastres;
- Elaboração de estatísticas;
- Estatísticas para cobertura de seguros;
- Avaliações do risco e predições de danos e perdas.



Exemplos

Um exemplo que pode ser mencionado é a criação do grupo temático *Gestão Regional de Riscos Urbanos* a partir da oficina técnica *Desafios da Gestão de Riscos Urbanos* no grande ABC (SP) em 2013. Esse grupo realizou algumas reuniões mensais para que as metodologias e procedimentos padronizados pudessem ser definidos para captação de recursos junto ao governo do estado de São Paulo com a finalidade de remover as moradias que estavam em regiões de alto risco. Como resultado dessa iniciativa, 630 famílias foram realocadas preventivamente (NOGUEIRA, 2014).

Um exemplo internacional é o Peru, país no qual foi estabelecido que o projeto de investimento público somente receberia um orçamento se fosse avaliado sob a perspectiva dos riscos de desastres (ONU, 2012).

Outro exemplo que pode ser mencionado como aplicação desse passo, é a criação, em 2009, do *Fundo Central Americano para a Promoção da Gestão do Risco de Desastres* (FOCEGIR). Esse fundo foi aprovado em 2011 pelos chefes de estado e de governo dos países que formam o *Sistema de Integração Centro-Americana* (SICA). O FOCEGIR tem como finalidade disponibilizar os fundos para projetos nacionais e regionais para a implantação de planos de redução de risco de desastres a atividades que incluam, por exemplo, o gerenciamento de ameaças às mudanças climáticas (UNISDR, 2017).

REFERÊNCIAS

NOGUEIRA, F. R.; OLIVEIRA, V. E.; CANIL, K.; **Políticas públicas regionais para gestão de riscos: o processo de implementação no abc**. SPAmbiente & Sociedade, v. 17, n.4, 2014. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31735766010>>.

ONU. **Como construir cidades mais resilientes: um Guia Para Gestores Públicos Locais**, Genebra: Nações Unidas, 2012.

UNISDR. **How to make cities more resilient a handbook for local government leaders**, Geneva, 2017.